

### 3.1.2. Primeira metade de Setecentos.

#### 3.1.2.1. Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734) e a génese da arte do azulejo em Coimbra.

A dinastia oleira dos Paiva, a mais prolífica família de oleiros da cidade do Mondego em todo o século XVIII, marca uma nova fase na renovação da produção cerâmica coimbrã que, através de uma complexa teia de relações endogâmicas, abre caminho a novos domínios da produção oleira com especial destaque para a arte azulejar.

O seu protagonismo começa a evidenciar-se na segunda metade do século XVII, como parece apontar um documento datado de 1678 que coloca o oleiro João de Paiva (atv. 1678-1696) como fiador e pagador de António Simões, candidato a boticário da Universidade (ALMEIDA, 1970: I, 278-280), atestando assim, como já tivemos a oportunidade focar, as relações sociais dos oleiros com outros ofícios residentes nas proximidades das olarias ou indiretamente ligados à sua atividade manufatureira (Vd. ponto 2.1.3.).

Associado diretamente à arte do azulejo, em meados de Setecentos, está também o *ladrihador* António de Paiva (atv.1655-1656) cuja participação com o azulejador Manuel Fernandes na obra de azulejo da Sala dos Capelos da Universidade, concretamente no assentamento de azulejos fornecidos por olaria lisboeta, está documentada para 1655 e 1656 (CORREIA, 1946: I, 178, 186). Colocamos a hipótese do ladrihador António de Paiva (atv.1655-1656) ser pai ou tio do *oleiro* João de Paiva (atv.1678-1696), iniciando na família o contacto direto com a azulejaria, arte que viria a ser posta em prática pelo seu neto, ou sobrinho-neto, Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734).

Segundo a pesquisa genealógica publicada na obra *Cerâmica de Coimbra do século XVI-XX* (PAIS *et alli*, 2007), do casamento entre o oleiro João de Paiva e Margarida Simões resultam seis filhos, todos futuros intervenientes na atividade oleira conimbricense – Luís de Paiva (ca.1664-†1742) *mestre de oleiro*, Manuel de Paiva (atv.1698-†1712)<sup>230</sup> *oleiro*, Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734) *mestre de tendas de olaria*, Clemente de Paiva (atv.1703-†1727) *mestre de olarias*, Maria de Paiva casada com o *pintor de louça* Manuel Leal (atv.1690-†1698) e Francisco de Paiva (atv.1718-†1729) *oficial de oleiro* (PAIS *et alli*, 2007: 139,141,154). A

---

<sup>230</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 2, N.º81.



Figura 99 | Bacia brasonada em faiança de pintura a azul sobre branco estanífero e contorno a manganês.

Coleção MNSR/ CMP inv. 587Cer.

169\_, Agostinho de Paiva.

Foto José Pessoa, Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto dos Museus e da Conservação.



Figura 100 | Fundo da bacia com marca.

Foto José Pessoa, Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto dos Museus e da Conservação.



Figura 100a



Figura 100b

documentação notarial por nós consultada veio oferecer ainda os nomes de Helena de Paiva, em 1716 já viúva<sup>231</sup> de António Gomes Figueira<sup>232</sup>, e Jerónimo de Paiva *pintor de louça* (atv.1707-1712), como irmãos de Manuel, Agostinho, Luís, Clemente, Maria e Francisco <sup>233</sup>.

Viria a adquirir substancial relevância no meio o *oleiro* Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734), suspeitando-se de que tenha feito estadia em Lisboa, já que haveria de casar com Antónia<sup>234</sup> do Espírito Santo, natural da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai (PAIS *et alli*, 2007: 52).

O dado cronológico mais recuado apurado para este artífice consta numa bacia brasonada de faiança, peça gomada e decorada a azul com contornos a manganês, com as armas dos Silva, pertencente à coleção do Museu Nacional Soares dos Reis (MNSR inv.597Cer). Esta peça tem a extraordinária particularidade de estar datada e assinada pela marca «AGOSTINHO DE PAIVA 169\_» [Fig. 99-100b]. No campo documental, surge a sua *carta de examinação*, registada nos livros do *Registo* camarário de Coimbra em 27 de Agosto de 1695 (CARVALHO, 1917a: 225; CARVALHO, s.d.: 57). Três anos mais tarde, em 1698, participava como testemunha no casamento do seu irmão Manuel de Paiva *oleiro* com Antónia Leal (PAIS *et alli*, 2007: 52).

O *oleiro* e *pintor de azulejo* Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734) surge pela primeira vez documentado na arte do azulejo em abril de 1701, no âmbito das obras da *Casa do Exame Privado* (ou *Sala do Exame Privado*) da Universidade de Coimbra, associado à produção e pintura de azulejos, as quais decorreram entre 1696 e 1702, sob a orientação de José Cardoso *mestre de obras da Universidade* (CORREIA, 1946: I, 152-159) [Fig. 101-101a]. O artífice surge como *pintor de azulejo* nos registos de pagamentos datados de 14 de abril de 1701 e 1 de setembro de 1701, tendo auferido um total de 70 mil reis pela feitura do azulejo, o qual viria a ser assentado pelo *ladrihador – mestre de azulejo – mestre de*

<sup>231</sup> Vd. Vol.2, Secção 1, Quadro 2, N.º100

<sup>232</sup> António Gomes Figueira era oleiro natural de Lisboa (Olivais) (PAIS *et alli*, 2007: 52).

<sup>233</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 2, N.ºs 81, 100.

<sup>234</sup> Em PAIS *et alli*, 2007 é referenciada como Ana. Tratar-se-á de confusão na leitura paleográfica de abreviatura? A documentação notarial por nós consultada indica claramente o nome de *Antónia* e não *Ana*. Vd.Vol.2, Secção 1, Quadro 2, N.º99, 100; Quadro 3, N.º25, 30; Quadro 4, N.º38; Quadro 5, N.º11.

*azulejador*<sup>235</sup> José de Góis (atv.1696-†1731), entre 14 de abril de 1701 e 4 de abril de 1702 (CORREIA, 1946: I, 153-154), como aludimos atrás.

«[...] *Em Abril de 1701 despendeu o agente 40 mil reis com Agostinho de Paiva por conta do azulejo que faz para as obras desta universidade*[...]»

(CORREIA, 1946: I, 153)

Em setembro do mesmo ano, no âmbito da mesma obra, continua a parceria com o ladrilhador e mestre de azulejo José de Gois (atv.1696-†1731):

«[...] *Em o primeiro de setembro de 1701 despendeu o agente 30 mil reis com Agostinho de Paiva pintor de azulejo à conta do azulejo que tem feito pra esta Universidade*[...]»

(CORREIA, 1946: I,154).

Em 20 de abril de 1701 o *oleiro* Agostinho de Paiva assinava em Coimbra uma nota de procuração que aponta uma ligação comercial com a cidade do Porto. Enquanto interveniente naquela escritura de procuração, lavrada pelo tabelião João Dias Gomes, o oleiro de Coimbra

«[...] *constituhia por seu certo e em tudo bastante procurador* [...] *Manuel Ferreira Tavares agente de cauzas na cidade do Porto* [...] *para que elle* [...] *possa procurar requerer alegar e defender todo o seu direito e em todas suas cauzas negocios e demandas e crimes movidos e por mover em que elle constituhinte for parte autor ou reo, e se tratem em quaisquer juízos e tribunaes deste reino* [...] *e em especial em huma cauza civil que ai por appellacam do juízo geral desta dita cidade para a Relação do Porto em que ele constituhinte he appellado e appellante Francisco Ribeiro da Sylva mercador desta dita cidade*[...]»<sup>236</sup>.

As notas de receita e despesa colhidas nos registos da *Agência* da Universidade voltam a documentar a sua participação nas obras do Paço das Escolas, em Agosto de 1702, a propósito da sua intervenção quanto ao fornecimento dos azulejos para a segunda fase da obra dos Gerais Novos (CORREIA, 1946: I,146), continuando o *mestre ladrilhador* José de Gois



Figura 101 | Sala do Exame Privado  
Silhar de azulejos de albarradas.  
1701-1702, Agostinho de Paiva  
(oleiro e pintor de azulejo) e José de  
Góis (ladrilhador).  
FA



Figura 101a | Pormenor da  
composição de albarradas.  
FA

<sup>235</sup> Três especificações apontadas na documentação.

<sup>236</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º14.



Figura 102 | *Gerais Novos* no Paço das Escolas da Universidade de Coimbra.

Silhar de azulejos com composição de vasos floridos ladeados por papagaios.

1702, Agostinho de Paiva (*oleiro*) e José de Góis (*ladrihador*).  
FA.



Figura 103 | Átrio de entrada nos *Gerais* junto à Via Latina, Paço das Escolas da Universidade de Coimbra. Silhar de azulejos com composição de azulejos de figura avulsa.

1702, Agostinho de Paiva (*oleiro*) e José de Góis (*ladrihador*).  
FA.

(atv.1696-†1731) a fazer o seu assentamento (CORREIA, 1946: I,146) [Fig. 102-103].

Encontrar-se-ia em situação económica remediada a 22 de dezembro de 1703, data em que o tabelião João Dias Gomes, atrás citado, redige uma nota de compra que refere o *oleiro* Agostinho de Paiva como comprador de *humas cazas no terreyro das Olarias – huma morada de cazas de dous sobrados* –, bens de raiz de Joanna de Goes Guterres, vendedora, pela quantia de *settenta e dous mil reis*. Contudo, está ausente a assinatura do comprador, pelo que deduzimos que o contrato tenha ficado sem efeito<sup>237</sup>. Parece confirma-lo uma nota redigida pelo mesmo tabelião, três anos depois, a 4 de junho de 1706, referente à *compra e ratificação* da nota de 1703 sobre a compra por Agostinho de Paiva da *morada de casas de dois sobrados* no Terreiro das Olarias (onde morava nesse ano de 1706), a Joana de Goes Guterres, até aí sua senhoria (alugando-lhe essas mesmas casas desde 1703)<sup>238</sup>.

Em 1708 Agostinho de Paiva surge-nos como testemunha, a par dos seus irmãos Luís de Paiva (ca.1664-†1742) e Clemente de Paiva (atv.1703-†1727), também *oleiros*, na nota de testamento de Helena Marques, viúva que ficou do *mestre de tendas de louça branca António Pereira* (ca.†1708?) e moradora em *casas no fundo da Rua da Moeda*<sup>239</sup>.

No ano seguinte, a 3 de setembro, então *mestre de tendas de louça branca*, Agostinho de Paiva continua a aumentar o seu património imobiliário, comprando *huma casa de sobrado*, pegada com as suas casas, a Maria Marques viúva de *Manoel Dias alfayate: huma casa de sobrado por sima de outra de seu irmão Salvador Marques* (atv.1701-†ca.1719)<sup>240</sup> *oleiro*, sita no Terreiro das Olarias, a

<sup>237</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º30.

<sup>238</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º37.

<sup>239</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º43.

<sup>240</sup> O *oleiro* Salvador Marques surge na documentação notarial consultada ativo desde 1701, nessa data casado com Ana Simões (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º19). Em janeiro de 1709 residia com a mulher nas suas casas na Rua da Moeda, sendo vizinho de Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734) (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º48) e de sua irmã Maria Marques, viúva de *Manoel Dias*, alfaiate. Em 3 de setembro de 1709, data em que vendia *a casa de sobrado por sima de seu irmão* a Agostinho de Paiva (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º56). Por volta de 1719 ocorreria o seu óbito, conforme assinalam os registos paroquiais da freguesia de Santa Cruz (PAIS *et alli*, 2007:139).

qual confrontava da *parte do Sul com casas de Joseph Gomes (atv.1692-1741?)*<sup>241</sup> *oleiro, e da parte do Norte com Rua publica*<sup>242</sup>.

Outro sinal de alguma prosperidade económica é o facto de encontrarmos o *mestre de oleirias* e sua mulher Antónia do Espírito Santo, a emprestar dinheiro a oleiros, de que é exemplo o contrato de dinheiro celebrado a 19 de outubro de 1716 com o *oleiro Joam Duarte (atv.1700-1716)*<sup>243</sup>, *para haver de lhe dar e emprestar, a rezam de juros de cinco por cento, sincoenta mil reis por tempo de hum anno, tendo assinado como testemunhas o pintor de louça Afonso Gomes (atv.1716) e o oleiro Inácio da Costa*<sup>244</sup> (atv.1701)<sup>245</sup>.

---

<sup>241</sup>O *oleiro* José Gomes terá casado em 11 de junho de 1692 com Paula Correia, na freguesia de Santa Cruz de Coimbra, segundo o registo de casamento respetivo (PAIS *et alli*, 2007:138). A documentação notarial consultada acusa-o em 9 de julho de 1701 já como *viúvo* (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º19) e em 1703 residia próximo ao Terreiro das Olarias, já que as suas casas são indicadas como localizadas a poente nas confrontações da morada de casas que Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734) se preparava para comprar a *Joanna Goes Guterres* (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º30), o que efetivará em 1706 (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º37). Os registos paroquiais parecem indicar que terá voltado a casar em maio de 1709, também na freguesia de Santa Cruz (PAIS *et alli*, 2007:139), continuando a residir nesse mesmo ano junto ao Terreiro das Olarias, situando-se as suas casas a sul das de Maria Marques, irmã do oleiro Salvador Marques (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º56). Em 1715 é nomeado procurador do *oleiro* Bento Gomes (seu irmão?) (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 2, N.º90) e, no ano seguinte, a 19 de maio de 1716, assinava como testemunha numa nota de procuração ao lado do *mestre de tendas de louça branca* João Rodrigues, também testemunha, e do *oleiro* António Costa que assinara a rogo da constituínte Isabel Roiz, moradora em Couto de Aguim, comarca de Coimbra, a propósito da venda que essa, e seu marido e sogra, faziam de umas casas na *Rua da Galla* ao *pintor de louça* Manoel Ferreira (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 2, N.º92). De acordo com os registos paroquiais mantem-se ativo até 05 de março de 1741 (PAIS *et alli*, 2007: 142).

<sup>242</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º56.

<sup>243</sup> O *oleiro* João Duarte surge pela primeira vez referenciado na documentação notarial a 10 de dezembro de 1700 enquanto interveniente numa nota de procuração, sendo aí referido como *oficial de pintor de louça*. Neto de João Gonçalves e Maria Duarte, *moradores que foram no lugar do Carvalho de Leborins termo da villa de PennaCova*, é filho de Manuel Antunes Semide e Isabel Duarte, sobrinho do *mestre de tendas de olaria branca* João Duarte (atv.1700,1701) – mais um exemplo de homónimia interna – e irmão de Inácia Duarte (Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º10).

<sup>244</sup> Inácio da Costa é referido como *pintor de louça* numa nota de procuração, lavrada a 9 de julho de 1701, em que assinam como constituintes os oleiros José Gomes, Jorge Marques e Salvador Marques, participando nesse ato como testemunha (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º19). No ano seguinte, surge como interveniente num contrato de arrendamento, datado de 28 de setembro de

Dias depois, a 26 de outubro de 1716, o *oleiro* Agostinho de Paiva vendia a sua irmã Helena de Paiva, então já viúva de António Gomes Figueira, *huma morada de casas* no Terreiro das Olarias que então partiam *de huma banda com a rua que vem do Convento de Santa Cruz e da outra banda com casas de Francisco Ferreira* (atv.1700-1716) *oleiro*<sup>246</sup>, tal como revela a nota de compra e venda que contou novamente com o *oleiro* Afonso Gomes (atv.1716) como testemunha e ainda, em igual função, com Domingos Gonçalves (atv.1716) também *oleiro*<sup>247</sup>.

O período de sede vacante na diocese de Viseu, iniciado com a morte de D. Jerónimo Soares, em 18 de janeiro de 1720 (ALVES, 1980: 358; ALVES,

---

1702, referente ao aluguer de *humas tendas de louça branca no fundo* da Rua de Tingerodilhas, pertencentes a Antónia Francisca, viúva que ficou de Jorge Fernandes, que as alugará por três anos e pelo preço de 15 mil reis (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º27). No final de 1707, referenciado como *oleiro*, é novamente testemunha, ao lado do *oleiro* António Fernandes e do *pintor de louça* Tomás Francisco, numa nota de contrato de dinheiro em que o *mestre de tendas de oleiro* Marcos Martins, tendo emprestado 15 mil reis, a *6,4 por cento*, a António Couseiro e sua mulher Ângela Simões do lugar do Pereiro de Baixo, termo da vila de Penacova, continuava por receber tal dinheiro (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º42). Assume idêntica função, desta feita ao lado do *oleiro* José Cardoso no contrato de compra e venda celebrado a 21 de setembro de 1708 entre o *oleiro* Gaspar Mendes, casado com Maria Jorge, vendedor, e o *oleiro* Manuel de Paiva (atv.1698-†01.01.1712), comprador, *humas casas citas na Rua da Nora* (Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º48). Em 27 de setembro de 1712, enquanto administrador do seu filho, o *oleiro* Inácio das Costa reclamava junto de Jerónimo de Paiva (irmão de Manuel de Paiva) o valor que lhe cabia dos 200 mil reis e juros vencidos desde a morte de Manuel Paiva (atv.1698-†01.01.1712), uma vez que Madalena Carvalho, mulher que foi de Manuel Paiva, *por não ter filhos nem herdeiros forçados*, havia deixado por testamento tal valor a seu filho e aos de João Martins, Lázaro João, Manuel Simões, João Simões *imaginário* e João Francisco dos Pecanssos *o negrete* (Vol.2, Secção1, Quadro 2, N.º81). Nessa sequência, dois dias depois celebraria o contrato de quitação, juntamente com João Martins, referidos como *cunhados de Madalena Carvalho*, com Jerónimo de Paiva *Mouro*, irmão do falecido Manoel de Paiva (atv.1698-†01.01.1712) e seu herdeiro, ficando, portanto, saldada a dívida (Vol.2, Secção1, Quadro 2, N.º82). Em 1728 o artífice é já referido como *mestre de tendas de olaria* ao assinar como testemunha uma nota de procuração ao lado do *pintor de louça* Ascenso Gomes (Vol.2, Secção1, Quadro 3, N.º33).

<sup>245</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 2, N.º99.

<sup>246</sup> O *oleiro* Francisco Ferreira, natural de Lisboa (Olivais) (PAIS *et alli*, 2007:52), era casado, já em 1700, com Comba de Paiva (†1750), filha de Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734), e sobrinha de Helena de Paiva. Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 1, N.º9.

<sup>247</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 2, N.º100.

1995:125), viria a despoletar uma encomenda às olarias conimbricenses e, em particular, às tendas de olaria de Agostinho de Paiva, o qual realizará uma das mais importantes encomendas de azulejo da 1.<sup>a</sup> metade de Setecentos, num trabalho de parceria com o ladrilhador José de Góis (atv.1696-†1731) e com o pintor Manuel da Silva (atv.1703-1736).

À semelhança do que se passara no Porto, em Coimbra, ou em Braga, o longo período de vacância da sé viseense, ocorrido entre 1720 e 1741, dá-se em virtude da crise nas relações entre D. João V e a Cúria Romana. Neste período assumirão o poder os membros do Cabido de Viseu, que não hesitarão em encetar uma profunda campanha de obras em todo o edifício da Sé Catedral, que virá a alterar a antiga estrutura medieval e atualizar o discurso estético ao gosto corrente da época. Entre as várias intervenções realizadas, conta-se a abertura de vãos de iluminação, o alteamento dos arcos das capelas colaterais, o novo retábulo-mor, os novos retábulos colaterais, a edificação do claustro alto e reformação da Casa do Cabido, sendo a arte azulejar também aqui contemplada.

A 15 de fevereiro de 1720 o cabido decidiria em reunião capitular, presidida pelo Deão Martinho Lucas de Melo, executar um conjunto de obras com a seguinte justificação:

*«[...] que por estar esta Sé mui escura e as paredes toscas, se mandasse vir um mestre de obras para tratar (de) abrir-lhe maiores janelas e frestas e tomar medidas para se porem azulejos nas paredes e todas as mais obra necessárias para melhor perfeição e asseio da dita Sé[...].»*

(ALVES, 1980: 358).

As obras executadas visaram também os acabamentos decorativos de vários espaços da Sé, nomeadamente os revestimentos artísticos em azulejo, para os quais subsistiu um relevante conjunto documental constituído por notas de pagamento, integradas nos registos de despesa da Mitra da Sé de Viseu e outras peças documentais do mesmo cabido.

Segundo nota de deliberação datada de 18 de março 1720, decorrente de reunião do cabido, determinaram-se as obras a efetuar na Sé, sob a orientação do arquiteto Gaspar Ferreira (atv.1713-1761) de Coimbra (ALVES, 1980: 358), elegendo-se o azulejo como uma das componentes da reformação estética do edifício, e em especial da igreja:

«Em cabido de 18 de Março de 1720 se determinou que por a Sé se achar com tanto desasseio e sem luzes, e as paredes sem cal nem azulejo, feitas de alvenaria e cheias de barro, e o pavimento todo decomposto, com umas pedras mais altas e outras mais baixas, pior ainda que as ruas da cidade, e por se achar a abóbada carcomida e alguns painéis da dita abobada com alguma cal, por não ser a pedra capaz, e o órgão desafinado, e o coro de cima velho e com pouca luz, de sorte que o cabido em muitos dias escuros rezava o Ofício Divino com velas, se determinou, por voto do architecto Gaspar ferreira, que por ordem deste cabido foi chamado [...]

[...] e que se mande vir asulejo de Coimbra, do melhor de história, para se cubrirem as paredes thé à altura que paresser ao arquiteto, e a demais thé às abobadas se faça de estuque.[...]

[...] e que com todas estas obras corresse o Senhor Deão Martinho Lucas de Melo e o Senhor Cônego Alexandre Carneiro de Figueiredo[...]

[...] e que também os Senhores Deão e Alexandre Carneiro pudessem mandar vir todos os oficiais e mestres que fossem necessários para as ditas obras, e também todos os materiais e géneros, assim de gesso, cal, azulejo, pedra e ouro, tintas e tudo o mais que lhe parecesse, e poderia pagar aos oficiais e mandar que tudo o Reverendo Cabido o haveria por bem feito e mandado, como se o determinasse assim e tudo lhe levaria em conta[...]<sup>248</sup>.

(ALVES, 1980: 361-363, nota 494.)

Os azulejos que revestiram o corpo da igreja<sup>249</sup>, removidos após 1921 e deslocalizados para o claustro (ALVES, 1980: 358, nota 493; ALVES, 1985: 18; ALVES, 1995: 121), foram executados na olaria de Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734), tendo sido aplicados entre 1720 e 1722 por José de Gois (*Joseph de Goes*) (atv.1696-†1731), presumindo-se que a pintura tenha resultado da

---

<sup>248</sup> Arquivo da Câmara Eclesiástica de Viseu, Livro das Actas do Cabido de, n.º25 - *Livro para nelle se assentarem os assentos e determinaçoins do Reverendo Cabbido para que fosse mais verdadeiro*, 1708-1778, fls 53-55v.

<sup>249</sup> A fonte literária das representações hagiográficas de São Teotónio constitui a *Vita Beatissimi Domni Theotonii Prioris Monasterii Sanctae Crucis* (Primeira parte: Cap.X-XI; Segunda parte: Cap.IX).

contribuição do pintor e dourador Manuel da Silva (atv.1703-1736) (ALVES, 1995:121) [Fig. 104].

Logo no arranque das obras, em 1720, Gaspar Ferreira foi o intermediário entre o Cabido e o oleiro Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734), ficando a cargo do arquiteto conimbricense o levantamento do espaço arquitetónico a receber azulejo, segundo a provisão datada de 10 de março desse ano, a qual indica que foi ordenado ao prebendeiro da Mitra a entrega a Gaspar Ferreira de

«[...] quatro moedas e meia de ouro que fazem a quantia de 21600 réis que são para se pagar ao Arquitecto que veio de Coimbra a traçar as frestas que se haviam de abrir na Sé e mais obras de estuque e azulejo[...]»

(ALVES, 1980: 363, nota 496)

A ação próxima de Gaspar Ferreira junto de Agostinho de Paiva volta a ser confirmada pelo recibo assinado pelo arquiteto, datado de ca.04/ 05.1721:

«Recebi mais uma moeda de oiro para o azulejador com outra que já tinha recebido da mão do Padre Manuel de Matos que foi o que ajustou com ele»

(assinado) Gaspar Ferreira<sup>250</sup>.

(ALVES, 1980: 376, nota 495).

Importa proceder à chamada de atenção para dois nomes cujo papel como intermediários na obra de azulejo, parece determinante no sucesso da parceria coimbrã entre os três artífices intervenientes principais (Agostinho de Paiva, Manuel da Silva e *Joseph de Gois*): o Pe. Manuel de Matos, da parte do encomendador, e o arquiteto Gaspar Ferreira, empreiteiro das obras de reformação da Sé de Viseu.

Manuel de Matos foi nomeado procurador dos cónegos da Sé de Viseu durante o período de Sede Vacante ocorrido entre 1720 e 1741. Clérigo e desembargador, foi Lente de Prima da Universidade de Coimbra (ALVES, 1995: 45) e principal intermediário na contratação e ajustamento das obras de reforma da Sé viseense, as quais giraram em torno do arquiteto e entalhador Gaspar Ferreira, figura central na gestão das empreitadas e sub-empreitadas nos vários domínios artísticos, tal como testemunha a documentação apurada.



Figura 104 | Pormenor de painel de azulejos com a representação da Adoração dos Magos, aplicado no corpo da Sé de Viseu até 1921. 1720-1724, Agostinho de Paiva (oleiro), José de Góis (ladrihador), Manuel da Silva (pintor). FA.

<sup>250</sup> Arquivo Distrital de Viseu, Obras da Sé, iniciado a 13 de Março de 1720.

A participação de Gaspar Ferreira nas obras da Sé de Viseu, bem como de outros artistas e artífices radicados na cidade de Coimbra<sup>251</sup>, será compreensível pelo facto de pertencerem à Mitra viseense dois cônegos prebendados e apresentados pela Universidade de Coimbra, já que era da competência do senado universitário a nomeação, por concurso, de um cônego teólogo e outro canonista (ALVES, 1982: 3, 6). A efervescência artística da cidade do Mondego e fama dos seus criativos terá contaminado outras paragens de relevo na região, através das classes privilegiadas do Antigo Regime, Igreja e fidalguia, estimuladas na reconversão dos seus edifícios no sentido de responder às exigências do aparatoso cerimonial litúrgico e fausto joanino.

Gaspar Ferreira, morador em Coimbra, em Montarroio, foi *mestre de obras* da Universidade (CORREIA, 1946: I, 55 e segs.), surgindo designado na documentação também como *arquitecto* e *entalhador*, sendo a sua atividade detetada, entre 1713<sup>252</sup> e 1761, como autor de riscos, execução e/ou direção de

---

<sup>251</sup> Por exemplo o entalhador Francisco Machado, ou o organeiro castelhano Manuel Bento Gomes, à data a trabalhar no órgão de Santa Cruz de Coimbra (ALVES, 1980: 359).

<sup>252</sup> Um documento apurado no fundo notarial de Coimbra antecipa a sua atividade conhecida para 1713. Trata-se do contrato de obrigação da obra do retábulo-mor da Igreja do Salvador de Coimbra, arrematada a João de Azevedo *entalhador e morador no Casal de São João da Tapada da freguesia de Villa Cova* (Vila Cova de Alva, Arganil), que deveria ser executada na forma da planta que fez Gaspar Ferreira:

Nota de «*Contrato de obrigação do retabollo da Capella mor da igreja do Salvador*» datada de 19 de Abril de 1713: «[...]estavao presentes o reverendo Belchior da Silva Villas Boas prior da dita igreja e bem sim o Reverendo Adrião Roiz de Almeida Benefeciado da igreja de São Christovao e escrivão da Irmandade de Nossa Senhora do Salvador e Manoel Correa armador [---texto ilegível por deterioração superior do fólio ---][...] bem assim João de Azevedo entalhador e morador no Casal de São João da Tapada da freguesia de villa cova[...] que elle havia arematado a obra do retabollo da capella mor da dita Igreja em presso de duzentos e vinte mil reis que pella dita quantia arrematada na forma da dita planta que fez Gaspar Ferreira a qual se acha assinada por mim tabaliam e pello dito João Azevedo[...] e se obrigava a dalla feita em the a somana santa a primeira que vier do anno futuro de setecentos e quatorze[...]». AUC – Fundo Notarial de Coimbra. Tabellião Francisco Gomes Pinheiro. Dep.V; Sec.I-Es; Est.9; Tab.4; N.º25, fls.15-16. Inédito.

Dois anos mais tarde como *mestre entalhador* Gaspar Ferreira contratava a obra de talha da capela-mor da igreja de São João de Almedina:

«*Contrato e obrigação de obra que fez a Igreja de São João de Almedina com Gaspar Ferreira entalhador desta cidade*», datado de 21 de Outubro de 1715, «[...] dentro da igreja de São João de Almedina no caixão aonde se custuma fazer e selebrar semelhantes instromentos adonde estavao

obras de pedraria, e também como escultor, em toda a área da bacia hidrográfica do Mondego (ALVES, 1982: 2-7) [Quadro 18].

O seu papel documentado como coordenador de intervenções decorativas em interiores – de que a Sé viseense é exemplo cabal – aliado à constatação da sua presença ativa e insistente num conjunto de edifícios na região centro, em cujas obras de construção e/ou reformação participam artífices e artistas associados à produção azulejar coimbrã, sintomatizam sinais de uma participação decisiva no projeto de visão globalizante da composição do espaço interior barroco, que inclui conscientemente a planificação das várias componentes artísticas tributárias ao *Bel Composto*.

Através de Gaspar Ferreira, a olaria de Agostinho de Paiva será a eleita para o fornecimento de todo o azulejo a aplicar nas obras de reformação da Sé viseense, entre março de 1720 e maio de 1724 (ALVES, 1985: 18) e, segundo os testemunhos materiais (exemplares *in situ*) e documentais, os espaços eleitos serão a igreja (nave, batistério e capelas colaterais), a sala do cabido e galerias do claustro superior (ALVES, 1985: 18).

A contribuição do pintor e dourador Manuel da Silva (atv.1703-1736), natural de Lisboa e radicado em Coimbra, na pintura dos azulejos produzidos por Agostinho de Paiva, é confirmada pela documentação pertencente ao Arquivo do Museu Grão Vasco, já revelada e publicada por Santos Simões (SIMÕES, 1979: 128, nota 137). Esses documentos servem-nos também como referência

---

*presentes o Reverendo Doutor Paschoal Mendes Barreto prior da dita Igreja e Bras Carneiro de Lima escrivão da Irmandade do Sacramento desta dita Igreja e escodeiro do Illustrissimo Senhor Bispo Conde Juis da mesma Irmandade e o Licenciado Manoel de Abranches procurador da mesma Irmandade e outros mais irmãos e João Francisco de Barros escrivão da Irmandade de São Bras e Antonio Pires procurador da mesma Irmandade e outros mais irmãos e o Reverendo Licenciado Miguel Dias Ferreira escrivão que foi do patriarcha São Bento e Andre Salgado procurador que tambem foi da mesma Irmandade e outros mais Irmaos da mesma Irmandade e bem assim estava tambem presente Gaspar Ferreira meirinho do Izeno de Santa Cruz e mestre entalhador pessoas conhecidas de mim tabalião [...] e logo por elle dito Reverendo Doutor Prior da dita Igreja e pellos ditos Irmãos das ditas Irmandades foi dito [...] que elles estavam contratados com elle dito mestre entalhador para efeito de lhe dar de empreitada a obra de entalhamento que queria fazer na capella mor da dita igreja na forma da planta que elle mesmo dito entalhador havia feito a qual está assinada por elle e por mim tabalião[...]».* AUC – Fundo Notarial de Coimbra. Tabelião Francisco Gomes Pinheiro. Dep.V; Sec.I-Es; Est.9; Tab.4; N.º27 fls.28-30v. Inédito.

QUADRO 18
GASPAR FERREIRA
ATIVIDADE CONHECIDA NA REGIÃO CENTRO
1713: risco da planta do retábulo-mor da igreja do Salvador em Coimbra, obra arrematada a João de Azevedo <i>entalhador</i> .
1715: arrematação da obra de talha da capela-mor da igreja de São João de Almedina « <i>com elle dito mestre entalhador para efeito de lhe dar de empreitada a obra de entalhamento que queria fazer na capella mor da dita igreja na forma da planta que elle mesmo dito entalhador havia feito a qual está assinada por elle e por mim taballão</i> »; nesta data servia já os Cónegos Regrantes de Santa Cruz como <i>meirinho do Izeno de Santa Cruz</i> , cargo officioso enquanto representante dos cruzios nas questões do <i>izeno</i> <sup>253</sup> , um aspeto revelador da sua notoriedade.
1718-1725: dirige a obra da estanteria e mobiliário da Biblioteca Joanina.
1720-1732: participação nas obras da Sé de Viseu como empreiteiro e riscador, através do contato com o cabido viseense, com pareceres sobre a sua especialidade e recomendação de artistas competentes nas várias artes (ALVES, 1982: 4); em 1731 fez a revisão do retábulo da capela-mor da Sé, juntamente com os entalhadores portuenses Luís Pereira da Costa e Miguel Francisco da Silva (ALVES, 1980: 360); fez ainda a obra de talha do cadeiral da capela-mor entre 1733-1734 (ALVES, 1980: 360) e possivelmente a traça dos púlpitos e alterações dos retábulos laterais de São João e São Pedro (ALVES, 1980: 361).
1721: risca a planta da obra de pedraria da igreja e anexos da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, pela qual recebe 4800 reis (ALVES, 1980: 358, 366; ALVES, 1982: 4).
1732: servia os Cónegos Regrantes de Santa Cruz (ALVES, 1980: 358; ALVES, 1982: 4) e risca a traça do antigo recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Mangualde (ALVES, 1982: 4).
1737: empreiteiro do claustro do Convento de Santa Clara-a-Nova (CORREIA & GONÇALVES, 1947:75); risca e dirige as obras do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Santa Comba Dão (ALVES, 1980: 358; ALVES, 1982: 6).
1744: risca a planta da casa do celeiro do Mosteiro de Santa Maria de Arouca (ROCHA, 2011: 274, 378).
1746: peritagem da obra do <i>dormitório de mafra</i> no Mosteiro de Santa Maria de Arouca (ROCHA, 2011: 276, 378).
ca.1748: empreiteiro e mestre do cadeiral do coro da Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Lorvão (BORGES, 2003c: 617)
1752-1754: dirige a reconstrução da fachada do Hospital de Montemor-o-Velho (CORREIA & GONÇALVES, 1953:139).
1761: foi-lhe encomendada a obra do Convento de Santa Clara-a-Nova seguindo os modelos do Engenheiro Carlos Mardel (ALVES, 1982: 6).

principal na perceção do alcance da sua intervenção, cujo papel que parece assumir é o de principal intermediário entre o Cabido viseense e os seus parceiros, o *mestre oleiro* Agostinho de Paiva e o *ladrihador Joseph de Gois*, no que diz respeito aos pagamentos por conta do azulejo a produzir e assentar que lhes eram devidos.

Consistindo em recibos assinados por Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734), José de Gois (atv.1696-†1731) e Manuel da Silva (atv.1703-1736), a documentação publicada por Santos Simões revela-se de extrema relevância para o balizamento cronológico da obra de azulejo ali aplicada e, simultaneamente, para o entendimento das competências que couberam a cada interveniente:

---

<sup>253</sup> Padroado isento da jurisdição do Bispo de Coimbra, isto é, com sujeição direta à jurisdição do Papa.

. 20 de março de 1720, Recibo de Agostinho de Paiva pelo azulejo que faz para a Sé de Viseu a preço de 14 mil reis por milheiro:

*«Recebo cinco moedas de ouro da mão do Senhor Doutor Manoel de Matos por conta do azulejo que faso pera a See de Vizeo a preso cada milheiro de quatorze mil reis.*

[assinado] *Agostinho de Paiva»*

. 23 de junho de 1720, Recibo de José de Góis pelo azulejo que assentou

*«Recebi da mão do Senhor Doutor Manoel de Matos e como as recebi fiz este em que me assinei oje 23 de Junho de 1720 declaro [sic] que são três moedas de ouro por conta do acento do azulejo da Se de Vizeo.*

[assinado] *Joseph de Goes»*

. 10 de fevereiro de 1722, Recibo de Agostinho de Paiva da quantia que lhe chegou por intermédio do pintor Manuel da Silva, sobre o azulejo que há de fazer para a Sé

*«Digo eu Agostinho de Paiva mestre oleiro que eu resevi [sic] da mão de Manoel da Silva pintor da mesma cidade de Coimbra que eu resevi [sic] seis moedas de quatro mil e outocentos reis a conta do azulejo que se há de fazer para a Se da Cidade de Viseu e pera sim for na verdade e não saber ler nem escrever roquey a Domingos Baptista pintor assistente nesta cidade de Coimbra que esse por mim fizese como fez sendo seus signos que costuma fazer hoje dez de Fevereiro de 1722.*

[de cruz] *Agostinho de Paiva»*

. 25 de abril de 1722, Recibo de José de Gois da quantia que lhe chegou por intermédio de Manuel da Silva sobre o azulejo que haveria de assentar na Sé de Viseu

*«Recebi da mão do Senhor Manoel da Silva seis moedas de ouro e quatro mil e outocentos reis a conta do azulejo que ei de asentar na Se da cidade de Vizeo e de como as recebi pasei este por mim feito e asinado oje 25 de Abril de 1722.*

[assinado] *Joseph de Goes»*

. 23 de maio de 1722, Recibo de Agostinho de Paiva da quantia que lhe chegou por intermédio do pintor Manuel da Silva

*«Digo eu Agostinho de Payva mestre oleiro desta cidade de Coimbra que he verdade que recebi da mam de Manuel da Silva pintor desta*



Figura 105 | Figura cortesã em painel de azulejos na sala do Cabido da Sé de Viseu.

ca.1720-1721, Agostinho de Paiva (oleiro), José de Góis (ladrilhador), Manuel da Silva (pintor).

FA



Figura 106 | Pormenor da cena de Cristo chamando Pedro (Mt 4, Mc1, Lc5) (Santo André).

1721-1722 Agostinho de Paiva (oleiro), José de Góis (ladrilhador), Manuel da Silva (pintor).

FA

*cidade de Coimbra 6 moedas de oiro de quatro mil e oitocentos cada huma e por não saber ler nem escrever roguei a Manoel da Silva que esta por mim fizesse hoje 23 de mayo de 722 anos.*

[assinado] *Manoel da Silva*

[de cruz] *Agostinho de Paiva.*»

(SIMÕES, 1979: 128, nota 137).

As obras da Sé de Viseu arrancaram logo em 1720, e a reformação da *Casa do Cabido* ou *Casa de São Teotónio* terá sido um dos primeiros empreendimentos dos cónegos da Mitra, a par com a igreja, tal como indica a epígrafe afixada no remate da porta principal de entrada: «HAEC EST DOMVS A DIVO THEOTONIO HVIVS SS PATRONO/ HABITATA ET AB ILLM.º CAO: S.V. INSTAVRATA ANNO/ 17-21», isto é, «*Esta é a casa habitada por São Teotónio, patrono desta Santa Sé, restaurada pelo Ilustríssimo Cabido, sede vacante, no ano de 1721*» (tradução livre segundo Alexandre Alves, ALVES, 1995: 126).

O revestimento azulejar da Sala do Cabido é produto da olaria de Agostinho de Paiva, em parceria com o trabalho de debuxo do artista Manuel da Silva (atv.1703-1736) (ALVES, 1995: 126-127). Nesse conjunto encontramos um interessante ciclo profano que inclui representações de cenas de caça, cenas de costumes (a maior parte de caráter áulico), retratos equestres de imperadores da Antiguidade Clássica e cenas de combate (Vd. Vol.3, EARP50). O conjunto deverá datar de ca. 1720-1721 [Fig. 105].

No referente ao espaço sacro, segundo Alexandre Alves, terminadas as obras de pedraria e estuque das abóbadas das capelas colaterais de São João e de São Pedro, ca.1721 (ALVES, 1995: 49), logo se procedeu à obra de azulejo, encomendada ao oleiro Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734), sendo posteriormente assente por *Joseph de Goes* (atv.1696-†1731). Comprovando o assentamento dos azulejos por José de Góis, entre 1721 e 1722, subsistem as notas de pagamento aos dois intervenientes por provisão do Cabido, datadas de 17 de fevereiro de 1722 (ALVES, 1976: 465; ALVES, 1995: 51) [Fig. 106].

Uma provisão de 20 de novembro de 1723 põe à ordem do intendente das obras da Sé, Alexandre Carneiro de Figueiredo, importâncias destinadas à

satisfação de encargos com *azulejadores* (ALVES, 1976: 468)<sup>254</sup>, facto que confirma que as obras de azulejaria continuavam àquela data.

Toda a obra de azulejo de Agostinho de Paiva para a Sé de Viseu estaria pronta em 1724, a julgar pelo registo de provisão passada pelo cabido viseense a 6 de maio desse ano sobre o último pagamento, já anteriormente citado a propósito do ladrilhador José de Góis (atv.1696-†1731).

À volta do mesmo ano de 1724 o oleiro tomaria a obra de azulejo do claustro e Cabido da Sé de Coimbra, também em plena *sede vacante* (1717-1739), na sequência da morte do bispo D. António de Vasconcelos e Sousa (1706-1717) (VASCONCELOS,1992-1993: 219), juntamente com os seus colaboradores José de Gois *azulejador* e Manuel da Silva *pintor*.

O período de vacância foi aproveitado pelo Cabido para investir as rendas da Mitra conimbricense em obras no edifício da catedral, cabeça da circunscrição diocesana, movidos pelo ímpeto renovador do espaço litúrgico que atravessava o país de norte a sul, aproveitando o próspero momento económico nacional. A ação dos cónegos fez-se sentir na instalação de um novo órgão na catedral, na adição de dois cadeirais no coro (com quatro novas cadeiras, duas a cada lado)<sup>255</sup>, abertura de vãos de portas e janelas, colocação de novos altares, e na reconversão da ala do claustro junto à igreja em Casa do Capítulo, com a sua ante-sala capitular (VASCONCELOS, 1992-1993: 225). O investimento foi avultado, justificando a emissão de um alvará régio de censura ao cabido conimbricense pelos excessos cometidos (VASCONCELOS, 1992-1993: 226).

As notas de despesa com as obras do claustro da Sé, reveladas por Prudêncio Quintino Garcia (GARCIA, 1923: 254-256), respeitantes ao revestimento azulejar ali aplicado, à volta de 1724, acusam o pagamento a Agostinho de Paiva de um total de 324 676 reis, a 11 de novembro desse ano. A obra de azulejo seria executada em colaboração com José de Gois que assenta o

---

<sup>254</sup> A partir da consulta dos maços das coleções provenientes do antigo cartório do Cabido no Arquivo Distrital de Viseu. ALVES, 1976:468.

<sup>255</sup> Esta intervenção consistiu no aumento do cadeiral construído ca.1700, durante a governação do bispo-conde D. João de Melo (1684-1704) (VASCONCELOS, 1930: 212-218). Atualmente encontra-se na Sé Nova de Coimbra; dessa deslocação e readaptação, foram suprimidos dois assentos a cada lado do coro, encontrando-se as telas, outrora colocadas nos respetivos espaldares, nas paredes da sacristia da mesma igreja (PIMENTEL, 1996: 439, nota 45).

azulejo produzido na olaria de Agostinho de Paiva, e também com o pintor Manuel da Silva que pinta *todo o azulejo das duas cazas do cabido, ante-cabido, dos três lanços do claustro e escada de São Miguel* (GARCIA, 1923: 255-256).

A fonte documental em causa revela-se fundamental para o conhecimento dos novos espaços contemplados com revestimentos a azulejo na catedral conimbricense, dando conta do alcance de cada um dos três intervenientes na obra, e dos preços praticados. Todavia, interessa-nos também, no presente momento, o esclarecimento da diferenciação na produção do oleiro Agostinho de Paiva. Fabrica para aquela obra, em simultâneo, azulejos a 14 400 reis o milheiro, destinados a espaços mais nobres (*cazas do Ante-Cabido e Cabbido, três alas do claustro e Escada de São Miguel* <sup>256</sup>), mais requintados por exigirem a intervenção do pintor Manuel da Silva, e outros, de produção mais corrente – *do comum* – a custo mais reduzido, a 12 mil reis o milheiro, destinados a espaços secundários (*corredor e escada das abobedas e caza da obra*), possivelmente de padrão, figura avulsa ou vasos floridos (GARCIA, 1923: 254):

[...] *Despeza que se fez em o azulejo que se poz na caza do cabido, e claustro*

*Levou a caza do cabbido tres mil novecentos noventa, e cinco azulejos*

*Levou a caza do ante-cabbido mil settecentos e dezaseis azulejos; em ambas as dictas cazas faz a soma de cinco mil settecentos e onze azulejos.*

*Levarão os três lances do claustro e Escada quatorze mil, e noventa e dois azulejos, com os cinco mil settecentos e onze das dictas duas cazas fazem dezanove mil outtocentos e três – 19803 azulejos*

*Levou o oleiro Agostinho de Paiva a 14\$400 reis por cada milheiro, que nos dictos dezanove mil oittocentos e trez azulejos faz a soma de duzentos oittenta e cinco mil cento settenta e dois reis – 285\$172*

*O mesmo Agostinho de Payva fez para o corredor e escada das Abobedas mil oittocentos oittenta e quatro azulejos do comum a preço de 12\$000 reis cada milheiro; importa vinte e dois mil seiscentos e oito reis – 22\$608.*

---

<sup>256</sup> Segundo António de Vasconcelos, em *Descrição da catedral de Coimbra e sua crasta, os azulejos da Escada de São Miguel estavam aplicados num silhar quazi the a altura de hum homem* (VASCONCELOS; 1939: 473).

*Fez mais para a caza da obra mil quatrocentos e oitto Azolejos  
também comum que pello dicto preço 12\$000 reis cada milheiro  
importa dezaseis mil oitocentos noventa e seis reis – 16\$896.*

*Soma toda esta despeza – 324\$676.*

*O dicto Agostinho de Payva recebeo toda a dicta soma e por  
verdade assignou.*

*(de cruz) Agostinho de Paiva*

*O sinal asima de cruz he de Agostinho de Paiva e o da letra folhaz  
duzentas e sincoenta e nove he de Gazpar Mendes e por tais as  
reconheço*

*Coimbra e Novembro dez de setecentos e vinte e quatro anos*

*Em fee e testemunho de verdade*

*Antonio Maya Pereira*

*(GARCIA, 1923: 254-255).*

Em 1727 Agostinho de Paiva, então *mestre de tendas de louça branca*, obrigava-se a pagar à Universidade os foros de um prazo de *tendas e cazas*, na sequência de uma doação de património que queria fazer a seu filho Agostinho de Paiva II (ca.1702-†1757)<sup>257</sup> *clérigo in minoribus*, a saber: *humas tendas e cazas que pesuhia sítas nas olarias foreiras à universidade de que pagava foro de quatro sentos reis todos os anos* (ALMEIDA, 1974: III, 43-45).

Depois desta referência o artífice volta a surgir como interveniente numa nota de procuração que fez juntamente com outros mestres de olaria branca e oficiais da cidade de Coimbra, estabelecendo como procurador o Licenciado Luís de Sousa e Carvalho de modo a que esse os pudesse defender no âmbito de uma causa cível que lhes moveu António de Almeida *espadeiro* <sup>258</sup>. Viria a falecer nesse mesmo ano, a 15 de julho, de acordo com o registo de óbitos da freguesia de São João de Santa Cruz (PAIS *et alli*, 2007: 139).

Os elementos documentais subsistentes e a realidade azulejar encontrada *in situ* aponta para que a produção inicial de Coimbra, nos últimos anos do século XVII e primeiras décadas de Setecentos, se centre especificamente em redor da olaria de Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734), provendo em particular a região da

---

<sup>257</sup> PAIS *et alli*, 2007:139. Agostinho de Paiva *filho*, mestre de tendas, casado com Engrácia Maria (∞10.05.1740), viria a falecer na freguesia de São João de Santa Cruz em †13.08.1757.

<sup>258</sup> Vd. Vol.2, Secção 1, Quadro 4, N.º5.

Beira. Esta fase inicial integra padronagem, figura avulsa e albarradas, tipologias que serão alvo de uma apreciação particular na parte III desta tese.

Para além da insistência nas mesmas fórmulas compositivas verificadas em aspetos técnicos e formais coincidentes nos variados núcleos azulejares *in situ* na cidade e região da sua influência, a documentação para os *Gerais* e *Sala do Exame Privado* da Universidade apura a datação exata dos azulejos ali aplicados, vindo a auxiliar o suporte de atribuições com maior segurança para as primeiras experiências do azulejo setecentista coimbrão. Tudo parece indicar que o primeiro quartel do século XVIII ficaria marcado na produção azulejar coimbrã pela atividade da dupla *oleiro / mestre de olaria / pintor de azulejo* Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734) e *ladrihador / azulejador* José de Góis (atv.1696-†1731), como comprova a documentação revelada até à data, bem como a disseminação de núcleos azulejares que lhes atribuímos [Quadro 18].

Face à necessidade imposta pela proximidade a uma clientela maioritariamente pertencente às mais altas esferas da erudição cultural, potencialmente profícua na encomenda de obras de azulejo, seguindo a tendência do gosto corrente à época, Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734) vê-se obrigado a estender ao azulejo o leque de oferta da sua produção oleira.

Dominando a técnica da faiança – comprovadamente nas peças que lhe estão atribuídas, uma a já referida bacia brasonada assinada e datada [Figs. 99-100] – confrontado com encomendas de ciclos figurativos, ter-se-á visto forçado a ultrapassar a produção azulejar de carácter seriado, de pendor ornamental (consubstanciada nos azulejos de padrão, figura avulsa e albarradas), alargando os seus horizontes comerciais. Assim, estabeleceu uma parceria com um profissional possuidor da necessária formação estética e artística, adequada às exigências das tipologias figurativas de maior envergadura, figura de proa em Coimbra à época, tanto pela versatilidade como capacidade de trabalho: falamos do pintor ornamentista Manuel da Silva (atv.1703-1736), oriundo de Lisboa, que abordaremos no ponto seguinte.

Ainda sobre o mestre de olaria Agostinho de Paiva (atv.1695-†1734) consideramos relevante mencionar que o seu legado ter-se-á distribuído pela prole, assumindo particular destaque o seu filho homónimo Agostinho de Paiva II (ca.1702-†1757) que lhe terá dado continuidade, incluindo também o azulejo como componente alternativa à sua oferta de produção.

Agostinho de Paiva *filho* surge-nos na documentação notarial como *clérigo in minoribus* em 1727, vocação que acabaria por abandonar, já que em 1740 casaria com Engrácia Maria (PAIS *et alli*, 2007:139), casamento do qual teria três filhas Maria do Rosário, Luísa Josefa de Paiva e Benta Joaquina de Paiva <sup>259</sup>. Em 1741 era já *mestre oleiro de louça branca* <sup>260</sup>, e quatro anos mais tarde surge-nos como *mestre de oleirias e azullijador* numa nota de fiança em que se assume como fiador do boticário Manuel Ribeiro Gomes que devia 80 mil reis à *Irmandade dos Mártires Santos de Marrocos sita no Rial Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* <sup>261</sup>. Este papel de fiador aponta uma situação financeira confortável, quadro que se vê reforçado se considerarmos que além das suas tendas localizadas no Terreiro das Olarias, possuía ainda outras de olaria vermelha na Rua da Moeda (ao Padrão), que tinha arrendadas. A estas vieram juntar-se-lhes outras tendas de olaria branca *por baixo da pontinha*, partindo do norte com a Rua da Moeda e do sul com a rua que vai da mesma pontinha, aquando da doação por Manuel Carvalho (atv.1734-1750) mestre de olaria branca seu *compadre* <sup>262</sup>. Também o ingresso das suas descendentes na vida religiosa, ao tê-las colocado no Colégio das Ursulinas em Pereira, proporcionando-lhes a sua promoção social, pressupõe de igual modo uma condição económica bem remediada. A ascensão social no meio é confirmada pelo facto de surgir identificado na documentação notarial como *alferes/ alferes da ordenança*, entre 1745 e 1748, cargo de inegável destaque no quadro social da época, como referimos no ponto 2.1.3.

Pena é, que até à data, não conheçamos qualquer obra de azulejo identificada para este último interveniente, situação que nos possibilitaria, para além da análise técnico-artística da sua obra, a percepção do nível de influência do legado do seu pai, permitindo hipoteticamente tirar ilações sobre situações coincidentes, progressos técnicos, entre outros aspetos.

---

<sup>259</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 9, N.º1.

<sup>260</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 5, N.º3.

<sup>261</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 5, N.º20.

<sup>262</sup> Vd. Vol.2, Secção1, Quadro 5, N.º26.

QUADRO 19
AGOSTINHO DE PAIVA com colaboração do ladrilhador JOSEPH DE GOIS OBRA DOCUMENTADA <i>versus</i> OBRA ATRIBUÍDA
<p>NÚCLEOS ÂNCORA<sup>263</sup>: 1701-1702, <i>Sala do Exame Privado</i>, Paço das Escolas (Vd. Vol.3, EAC4) – albarradas 1702, <i>Gerais</i>, Paço das Escolas (Vd. Vol.3, EAC4) – albarradas, figura avulsa (cercadura C-104) 1720-1724, Sé de Viseu (Vd. Vol.3, EARP50) – albarradas (barraB-48)</p>
<p>ATRIBUIÇÕES: Quinta da Copeira (Vd. Vol.3, EAC2) – albarradas, figura avulsa (cercadura C-104) Quinta da Portela (Vd. Vol.3, EAC3) – figura avulsa (com variante C-104) Colégio de São Pedro (Vd. Vol.3, EAC3) – padronagem (P-486; B-48) Colégio de Santo Agostinho (Vd. Vol.3, EACMC9) – padronagem (P-486; variante C-104), albarradas (barra B-48) Colégio de Santo António da Pedreira (sacristia) (Vd. Vol.3, EACMC10) – figura avulsa (variante C-104) Convento de Santa Clara-a-Nova (coro alto, refeitório) (Vd. Vol.3, EACMC14) – figura avulsa (variante C-104), albarradas (barra B-56) Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (escadaria de acesso ao dormitório e coro-alto) (Vd. Vol.3, EACMC15) – figura avulsa (variante C-104) Colégio de Nossa Senhora da Graça (portaria, escadaria de acesso ao dormitório, lavabo do refeitório) (Vd. Vol.3, EACMC16) – albarradas, figura avulsa (barra B-48) Colégio de São Bernardo (claustro secundário) (Vd. Vol.3, EACMC17) – figura avulsa (barra B-56) Colégio do Carmo (átrio antiga livraria) (Vd. Vol.3, EACMC18) – figura avulsa e albarradas (barra B-48) Colégio de São Pedro dos Religiosos Terceiros (escadaria de acesso ao claustro) (1707) (Vd. Vol.3, EACMC19) – figura avulsa (variante C-104) Igreja de Santo António dos Olivais (aventais dos vãos das capelas dos Passos no escadório, capela-mor) (Vd. Vol.3, EACMC21) – figura avulsa (barra B-48) e padronagem (padrões P-486 e P-603a; friso F-44, barras B-48 e B-39) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (Vd. Vol.3, EACMC37) – figura avulsa e albarradas (barra B-48) Mosteiro de São João de Tarouca (Vd. Vol.3, EACMC37) – figura avulsa e albarradas (barra B-48) Capela de Santa Comba (Vd. Vol.3, EARP15) – figura avulsa (cercadura C-104) Capela de Nossa Senhora da Conceição de Buarcos (1714) (Vd. Vol.3, EARP26) – padronagem (P-486, P-603a) figura avulsa e albarradas (cercaduras C-104, C-132; barras B-39 e B-48) Capela de Nossa Senhora da Conceição de Armamar (Vd. Vol.3, EARPV8) – padronagem (P-486, barra B-48) Sociedade Martins Sarmento (Vd. Vol.3, ED2) – figura avulsa (SMS inv.ET-904) Casa-Museu Bissaya Barreto (Vd. Vol.3, ED8) – figura avulsa e albarradas (barra B-48) Museu Nacional do Azulejo (Vd. Vol.3, ED11) (MNAz inv.517) – albarradas Biblioteca Pública Municipal do Porto (Vd. Vol.3, ED16) – figura avulsa, motivos seriados</p>

<sup>263</sup> Isto é, obras documentadas *in situ*.